

Déficit público de Cr\$ 7 trilhões? É intriga, diz Galvêas.

"Intriga." Foi assim que o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, classificou ontem as estimativas de que o déficit público sofrerá, até o final do ano, um estouro de Cr\$ 7 trilhões em relação à meta estabelecida com o FMI (Cr\$ 19,3 trilhões). Para ele, o problema se resume a "trazer o déficit real, que o FMI chama de déficit operacional, de mais ou menos 6% do PIB em 1982 para 2,7% este ano. Isso o governo vai fazer".

Para algumas fontes, o governo, diante do estouro da meta do déficit público, deveria optar entre um pedido de permissão (waiver) para superar os tetos compromissados ou refazer a terceira carta de intenções enviada ao FMI. O superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), José Augusto Savasini, entretanto, também acredita que "não importa o valor em cruzeiros do déficit público acumulado" para negar qualquer adendo à terceira carta de intenções enviada ao FMI; "A carta está feita e mantido o percentual do déficit de 2,7% do PIB".

Orçamentos

Galvêas assegurou que, mesmo com o forte desvio em relação à inflação projetada de 152% para este ano, o excesso no déficit público não alcançará, em hipótese alguma, os Cr\$ 7 trilhões. "Esse número está fora de perspectiva. E menos e isso não é o importante" — ressaltou o ministro da Fazenda, após encontro de mais de cinco horas, no

Palácio do Planalto, com o ministro do Planejamento, Delfim Neto, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Os três também discutiram a evolução dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais, com Savasini, o secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles, e os presidentes do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, e da Caixa Econômica Federal (CEF), Gil Macieira.

"Delfim queria saber como vão os orçamentos" — argumentou o superintendente do Ipea para explicar as longas e sucessivas reuniões no Palácio do Planalto. "É um trabalho rotineiro de acompanhamento permanente das estatísticas, sobretudo no exame do comportamento estatístico do crédito líquido interno e déficit público" — observou o ministro da Fazenda.

Como o governo ainda não tem uma previsão definitiva sobre a inflação de novembro e dezembro, Savasini considerou precipitada a projeção do déficit público ao final de dezembro. Galvêas disse que só terá o valor final do déficit real no final do ano, após "fazer a correção inflacionária, cambial e monetária". Mais tarde, o ministro reiterou: "não há estouro nas metas, mas somente um crescimento nominal decorrente da inflação. Isso

não tem importância em relação às metas estabelecidas com o FMI".

Expansão monetária

Colin informou que apenas recebeu a orientação dos ministros e do presidente do Banco Central para o Banco do Brasil acertar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com as empresas estatais uma solução para reduzir o saldo de cobertura do BB — estável em Cr\$ 1,3 trilhão, desde setembro — de dívidas externas em atraso do setor público. O presidente do Banco do Brasil destacou que a redução do saldo desta conta, dentro das normas do Aviso GB-588, constitui peça importante para fazer com que a expansão anual da base monetária — emissão primária de moeda — não supere 85%.

O secretário da Receita assegurou que o elenco de medidas fiscais para reduzir o déficit público terminou com a aprovação do Decreto-Lei nº 2065. Dornelles confirmou a projeção do Banco Central de que a arrecadação do Imposto de Renda alcançará Cr\$ 1,5 trilhão no trimestre outubro/dezembro para que a transferência de recursos do orçamento fiscal às autoridades monetárias atinja, este ano, Cr\$ 2,6 trilhões, contra a estimativa inicial de Cr\$ 2,4 trilhões.

José Augusto Savasini — que lidera a área acadêmica que assessora diretamente o ministro Delfim Neto — admitiu que, face ao crescimento da taxa inflacionária acima do estimado pelo governo, o déficit nominal crescerá bem acima do limite de Cr\$ 19.350 bilhões negociados com o FMI. Esse crescimento, contudo, dependerá ainda do comportamento da correção monetária, da inflação e da correção cambial em novembro e dezembro.

Ontem, Savasini reuniu-se com o secretário da Sest — Secretaria Especial de Controle das Estatais — Nelson Mortada, de quem recebeu o quadro de reformulação orçamentária das estatais para o corrente ano, e uma primeira projeção dos números do orçamento de 1984. Ao deixar o gabinete de Savasini, Mortada afirmou que o déficit das empresas sob seu controle deverá situar-se, até o final do ano, em torno de Cr\$ 3,3 trilhões, neste total já incluídos os excessos de aplicações da Siderbrás e da Eletrobrás, as únicas empresas que efetivamente "estouraram" seus orçamentos.

Para o secretário da Sest, o excesso contabilizado das aplicações das estatais é inferior ao que anteriormente havia sido previsto porque, na reformulação agora concluída, foi efetivado o corte de 5% nas despesas de custeio, e algumas empresas tiveram seus orçamentos reduzidos, tanto em termos reais como em valores nominais.

